



O jornalista como guardião da sociedade: um cão de guarda na coleira

Aldo Schmitz¹

Universidade Federal de Santa Catarina.

Resumo: O artigo examina se o jornalista brasileiro desempenha o papel de guardião da sociedade. Ele fiscaliza suficientemente as organizações, seus agentes públicos e privados, na proteção do interesse público? Questiona, critica e denuncia ou apenas divulga os questionamentos, as críticas e as denúncias dos outros? Existe um jornalismo investigativo ou um jornalismo sobre investigações? Para elucidar estas questões o artigo analisa os dados de 425 itens noticiosos de autoria de 122 jornalistas da *Folha de S. Paulo*, *O Globo*, *O Estado de S. Paulo* e *Zero Hora*, apurados pela pesquisa internacional *Journalistic Role Performance Around the Globe*, etapa Brasil, relacionados ao modelo *Cão de guarda (watchdog)*. Como resultado, o trabalho articula esses dados para estimar os graus de autonomia do jornalista brasileiro frente aos campos político e econômico.

Palavras-chave: sociologia das profissões; jornalismo; papel do jornalista; cão de guarda

1. Introdução

O propósito deste artigo é examinar se o jornalista brasileiro desempenha o papel de guardião da sociedade, a partir do modelo *Cão de Guarda (watchdog)*, proposto pela pesquisa internacional *Journalistic Role Performance Around the Globe*, etapa Brasil, na análise de 425 itens noticiosos, sendo 89 da *Folha de S. Paulo (Folha)*, 106 de *O Estado de S. Paulo (Estadão)*, 189 de *O Globo* e 41 de *Zero Hora (ZH)*, assinados por 122 jornalistas que responderam à enquete em rede (online survey) e presencial.

¹ Mestre em Jornalismo e doutor em Sociologia Política, ambos pela Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC). E-mail: aldoschmitz@gmail.com

Desses autores, 43 são de *O Globo*, 34 do *Estadão*, 29 da *Folha* e 16 de *ZH*; sendo a maioria, 60%, do sexo feminino. O projeto JRP (2014) faz um levantamento do tema central de cada história, frequentemente identificado no título e ou primeiro parágrafo (lide). A maioria dos itens, 68%, é de notícia, relatos de fatos e eventos contingentes. Os demais tipos são as reportagens (25%), caracterizadas por conteúdos aprofundados; notas (4%) e crônicas (3%).

O maior número dos itens consta nas páginas internas, 80%, e o restante nas capas de cadernos (15%) e na primeira página (5%). Mais de 56% dos itens contêm fotos, mas apenas em 8% dos casos há a predominância das imagens e em 19% uma relação balanceada com os textos. Em cerca de 80% dos itens a abrangência é nacional, 12% local e 8% internacional.

Quanto aos temas dos itens noticiosos, a maioria, 45%, trata da Política, relacionada aos poderes Executivo, Legislativo e Judiciário, eleições e corrupção de agentes públicos. Cerca de 35% referem-se aos assuntos econômicos e de negócios. Os demais temas são: crimes e polícia, exceto corrupção na política (4%), religião e igrejas (3%), manifestações e protestos (2%), energia e ambiente (2%), habitação, infraestrutura e obras públicas (2%), educação (2%) e outros (5%: saúde, segurança nacional, direitos humanos, problemas sociais, acidentes e desastres ambientais).

Para codificar as fontes, analisou-se as sentenças, frases, fotos ou citações atribuídas. Por estes critérios foram apuradas 1.240 fontes em 425 itens noticiosos, uma média de 2,9 cada, sendo 92% fontes humanas e o restante, documentais. Isto não significa que os jornalistas entrevistaram este número de fontes, pois foram consideradas todas as citações diretas e indiretas.

Ao apurar as fontes principais, quanto às suas filiações institucionais ou aos tipos, considerou-se o espaço das informações sobre elas e a frequência das citações. As fontes de Estado ou partidos políticos, em 45% dos itens, são as principais fontes, seguidas pelas empresariais, 15%. Este percentual, 60%, deve-se ao desenho da pesquisa, ao priorizar as notícias nacionais, principalmente nas seções de Política e Economia. Mas também revela a preferência dos jornalistas pelas fontes oficiais.

O projeto *Journalistic Role Performance* (JRP, 2014), realizado em 19 países², aplica seis modelos de desempenho do papel profissional: 1) *Disseminador* (distância entre o jornalismo e os fatos) e *Intervencionista* (centrado no jornalista, que tem voz na história); 2) *Cão de guarda* (vigilância dos poderes em defesa do interesse público); 3) *Leal* (lealdade ao poder, apoio e defesa das políticas governamentais) e *Facilitador* (cooperação com o poder e aceitação de suas informações como críveis); 4) *Jornalismo de serviço* (direitos e interesses da audiência); 5) *Infotainment* (entretenimento e surpresa); 6) *Jornalismo cidadão* (orientação cívica, conexão entre jornalismo, cidadania e vida pública).

O modelo *Cão de guarda* refere-se ao desempenho do papel dos jornalistas nos questionamentos, críticas, denúncias, conflitos, investigações feitas por repórteres e por outros (externos), em coberturas de processos judiciais ou administrativos e das atividades dos poderes do Estado, das organizações e seus agentes, tornando visíveis os fatos, com o propósito de defender o interesse público, exigindo a prestação de contas dos detentores dos poderes político e econômico, principalmente. Não se trata da posição política do jornalista, mas da sua capacidade de questionar, criticar e denunciar.

As organizações, seus agentes públicos e privados, estão submetidas ao *accountability*, um processo de prestações de contas aos cidadãos e de atendimento aos consumidores. Essa premissa diz respeito aos poderes público e econômico, que se obrigam a prestar contas à sociedade e aos consumidores, mas também ao público que avalia os serviços e toma decisões (manifestações sociais, eleições, reclamações etc.), conforme preconizam a Constituição Federal (o dever de informar e o direito de ser informado) e o Código de Defesa do Consumidor (proteção e responsabilidades) (BRASIL, 1988, 1990). Isso tem um grande impacto no jornalismo, pois essas organizações e seus agentes buscam incessante a mídia para prestar contas e os cidadãos ou consumidores para fazer valer os seus direitos.

2. Jornalista cão de guarda

Desde o período colonial dos Estados Unidos, os jornalistas defendiam e praticavam um estilo agressivo de jornalismo, confrontando o Governo e a Igreja, principalmente. Na passagem para o século 20 houve um movimento progressivo na

² Alemanha, Argentina, Brasil, Chile, China, Cuba, Equador, Espanha, EUA, Grécia, Hong Kong, Hungria, Índia, Irlanda, Malásia, México, Polónia, Rússia e Suíça.

defesa do jornalismo vigilante. Em 1904 surgiu a expressão *watchdog*, a se verificar que em “todo grande jornal americano há um cão de guarda eficiente e honesto” (BROWN, 1904, p. 46 *apud* VOS, 2017).

A partir de uma pesquisa com três mil pessoas e depoimentos de trezentos jornalistas norte-americanos, Kovach e Rosenstiel (2003, p. 22-23) indicam os ideais do jornalismo, entre eles, “a disciplina da verificação; seus praticantes devem manter independência daqueles a quem cobrem; o jornalismo deve ser um monitor independente do poder”. Waisbord (2010) concorda que o jornalismo contribui para a governança democrática, quando monitora os poderes constituídos, em especial nas questões de interesse público.

Ao desempenhar o seu papel de guardião, o jornalista promove críticas, deliberações e diversidade de opinião. Isso possibilita que os cidadãos examinem os governos e outros atores poderosos, identificando as demandas públicas e as suas políticas. Mas Waisbord (2010, p. 316) vê tensões nesse propósito, pois os esforços “são muitas vezes inviabilizados por sistemas de mídia que priorizam os interesses dos governos e das grandes corporações”.

Muhlmann (2004, p. 29) considera que o jornalismo cão de guarda, combativo e implacável, teve seu auge nas décadas de 1960 e 1970, na Europa Ocidental e Estados Unidos, quando predominava a desconfiança sistemática de “jornalistas heroicos” contra os poderosos e em episódios importantes na história das democracias ocidentais, como a Guerra do Vietnã, os movimentos dos direitos civis, a contracultura *hippie* e dos escândalos de corrupção política, mas inertes durante as ditaduras militares latino-americanas.

Esse modelo teve o seu apogeu no caso *Watergate*, no qual os repórteres Bob Woodward e Carl Bernstein, do jornal *Washington Post*, investigaram os motivos do arrombamento do comitê do Partido Democrata dos EUA, em meados de 1972. Seguindo as pistas de uma fonte sigilosa³, a dupla produziu uma série de reportagens, revelando o uso de “caixa dois” na campanha eleitoral de Richard Nixon, que por isso renunciou à presidência em 1974 (BERNSTEIN; WOODWARD, 2014). Segundo Hellmueller *et al* (2016) este caso é “uma exceção e não a regra”.

³ *Deep Throat* (Garganta Profunda), conhecida 33 anos depois como sendo William Mark Felt, vice-presidente do FBI na época.

Nesse viés posiciona-se a “reportagem investigativa original”, que envolve os próprios repórteres no uso de técnicas similares à investigação policial, na apuração e divulgação de questões ocultas, especialmente crimes e casos de corrupção. Além desse tipo, Kovach e Rosenstiel (2003) apontam outras duas formas dessa espécie de reportagem. Uma é a “investigação interpretativa”, que não trata de fatos desconhecidos, mas de seus desdobramentos e novas abordagens. A terceira é a “reportagem sobre investigações”, referente às matérias jornalísticas que revelam ou acompanham investigações dos outros.

Para Nascimento (2010), no Brasil é ínfimo o jornalismo investigativo, suplantado pelo “jornalismo sobre investigações”. Nesse caso, não é mais o repórter “que revela as maracutaias e falcatruas”, mas a autoridade com a função de fazer isso (policiais, procuradores e promotores públicos). Resta ao jornalista o acesso às investigações apuradas, ficando vulnerável aos interesses das fontes e sem o controle do trabalho. “Em outras palavras, o repórter deixa de ser um autor para se tornar um escriba, aquele que resigna a reproduzir a obra dos outros”.

Conforme Mellado *et al* (2016, p. 71), na América Latina os “fatores externos como a debilidade das instituições democráticas, os condicionamentos econômicos, a corrupção e a irrupção de protestos sociais, tornam o jornalismo latino-americano fortemente condicionado”, impotente no seu papel de cão de guarda. Waisbord (2010, p. 325) se perfilha nesse entendimento e considera que “uma esfera pública mais democrática é impensável enquanto persistirem fortes disparidades no acesso à informação”.

Hellmueller *et al* (2016) reconhecem que o papel de guardião tradicional continua sendo importante na cobertura da Política. Mas o jornalismo norte-americano, por exemplo, não é mais dominado pelo modelo de vigilância, superado por uma abordagem intervencionista, com uma forte inclinação contraditória entre os ideais e as práticas, mesmo que “os jornalistas americanos ainda se considerem cães de guarda”. Para isso basta verificar que as manchetes são carregadas de propósitos vigilantes, mas o restante do conteúdo revela-se complacente, segundo a autora.

É comum o jornalista se vangloriar de sua condição de cão de guarda, como representação de independência, liberdade de expressão e pensamento. Mas a mídia, beneficiária das políticas neoliberais, está atrelada aos campos político e econômico,

principalmente, ao dar destaque aos governos e agentes poderosos. Halimi (2005)⁴ explora esse conluio entre os jornalistas franceses e esses poderes, como um confronto artificial, e percebe que a mídia é guardiã de uma ordem social ultraliberal. Na sua visão, essa é uma função pretendida, pois os jornalistas se consideram cães de guarda mesmo quando não agem como tal.

Alguns autores (HALIMI, 2005; HANITZCH, 2011; NASCIMENTO, 2010; SKOVSGAARD, 2014) apontam uma redução no papel do jornalista como cão de guarda, representada por várias transformações, algumas indicadas por Pinto (2008, p. 768): crise econômica na mídia, *watchdog* como “marca” e proteção de interesses corporativos, oposição e afinidade ideológica, fragilidade profissional, precarização do trabalho jornalístico, baixa autonomia e as interferências das organizações e seus agentes, oferecendo informações prontas para publicar ou na produção de seu próprio conteúdo, bem como os impactos das mídias digitais.

Espera-se do jornalista a defesa da democracia e a orientação cívica. A tentativa de uma justificativa está em Bucci (2009, p. 130) para quem, “a democracia ainda depende do jornalismo – e este, agora, depende de identificar e cultivar o que lhe é essencial”, como contribuição à “democracia inclusiva e para o desenvolvimento humano”. No entanto, “a democracia liberal está em decadência, e os meios de comunicação estão envolvidos na sua queda. O surgimento da internet oferece algum alívio, assim como um experimento político duradouro – o serviço público de difusão” (CURRAN, 2016, p. 26).

Para desempenhar o seu papel de cão da guarda, o jornalista precisa de um certo grau de autonomia. Para Bourdieu (2002, p. 68) “os caminhos da autonomia são complexos, se não intransponíveis”, que depende da sua relativa (mais ou menos) e limitada (maior ou menor) interdependência:

Para um jornalista, o grau de autonomia depende de sua posição no campo jornalístico, o que significa, por exemplo, a sua autodeterminação. Assim, pode-se estabelecer índices de autonomia, que se supõe, permite prever a maneira como os agentes se comportarem, em particular a sua capacidade de resistir às imposições do Estado ou da economia (BOURDIEU, 2005, p. 44).

⁴ Com o mesmo título – *Les nouveaux chiens de garde* –, mas em 1932, Paul Nizan denuncia filósofos disfarçados de aparente neutralidade intelectual, mas que agiam com guardiões da ordem estabelecida. O livro de Halimi foi publicado em 1997 na França e em 1998 no Brasil (Vozes). Atualizado em 2005, o livro foi adaptado para o cinema, em documentário de Gilles Balbastre e Yannick Kergoat, realizado em 2011.

Os diferentes tipos, gêneros e sistemas de mídia podem afetar os níveis de autonomia. Pesquisas comprovam que o jornalista investigativo (cão de guarda) tem mais controle sobre seu trabalho e, portanto, experimenta um maior grau de autonomia. Estes são, na maioria das vezes, jornalistas que trabalham em meios de comunicação livres de pressões empresariais. Em organizações de mídia comerciais de grande porte, as relações ocorrem mais por consentimento e acordo, do que por conflito (SKOVSGAARD, 2014; WAISBORD, 2010).

Estudo de Schmitz (2017) mostra que a elite dos jornalistas brasileiros conferem a si um elevado grau de autonomia. Mas se verificadas as práticas comuns no trabalho apura-se que eles são “um pouco” autônomos. Em geral, os jornalistas sentem que têm liberdade em relação às escolhas, relacionadas aos ideais da profissão. Essa homologia ocorre na realização do “possível” em relação à sua posição no campo jornalístico.

Ainda neste estudo, o quesito “monitorar e fiscalizar líderes políticos” mostra uma diferença entre os ideais (97%), relacionados aos valores, e percepção da prática (78%), representada pela submissão às fontes públicas e empresariais e às suas pressões. Também no item “atuar como fiscal (*watchdog*) em nome da sociedade civil”, os jornalistas consideram que têm “muita” autonomia (90%), mas na prática são “um pouco” autônomos (74%), pois na maioria das vezes confiam nos discursos das fontes sem apurar.

O jornalista brasileiro não considera tão importante (70%) “monitorar os negócios”. Na prática profissional percebida essa função apresenta um índice ainda menor (60%). Isso evidencia a influência e os constrangimentos por parte do campo econômico em impor os seus interesses, com pouca relutância dos jornalistas, à mercê da lógica da audiência (leitores, assinantes e anunciantes) que, por sustentar o emprego, provoca um autocontrole do jornalista em não monitorar com total volição os desvios de conduta de empresas e empresários.

Essas discrepâncias confirmam que a autonomia relacionada aos valores da profissão domina o imaginário dos jornalistas brasileiros, referenciado por um modelo cão de guarda utópico. Trata-se de um alarde, expresso em “manuais práticos” e nos deveres dos jornalistas. Isso faz emergir práticas singulares, transformadas em ideologia profissional para reforçar uma autonomia pretendida e uma deontologia sofismada (SCHMITZ, 2017).

As limitações da autonomia relativa – comparada a outras profissões, como médicos e advogados –, tornam os jornalistas dependentes das organizações de mídia e presos a uma série de amarras. Por conta disso, Skovsgaard (2014) considera o jornalista um “cão de guarda na coleira”, que depende do consentimento organizacional, “especialmente quando se trata de conflitos econômicos”, o que diminui significativamente o seu grau de autonomia.

3. O jornalista no papel de guardião

Para verificar o papel do jornalista brasileiro como guardião da sociedade, buscam-se os dados da análise de conteúdo do modelo *Cão de guarda* do projeto *Journalistic Role Performance*. A pesquisa considera que “o jornalismo cão de guarda procura responsabilizar os poderes públicos, as empresas e outras instituições fiscalizáveis” (JRP, 2014), como uma espécie de “quarto poder”, não como posição política, mas com o aval da sociedade para questionar, criticar e denunciar.

Os índices apurados são idênticos aos percentuais da pesquisa completa do JRP, com um desvio padrão médio de apenas 0,3 ponto para mais ou para menos. Adotou-se a mesma metodologia de apuração, considerando o percentual referente à ocorrência em cada questão, por exemplo, dos 425 itens em 81 deles houve “investigação externa”, ou seja, 19%. Optou-se por apurar os índices de cada jornal, para verificar eventuais dissonâncias ou consonâncias entre eles.

A questão “informação de processos judiciais ou administrativos” refere-se às notícias sobre julgamentos contra indivíduos ou “grupos de poder”. Nota-se um elevado percentual (18,4%), considerando o restante da pesquisa, sendo mais evidente na *Folha* (22,7%) e menos presente no *Estadão* (13,9%), com *O Globo* (18%) próximo à média e *ZH* (19%), um pouco acima. Se comparada à pesquisa do JRP nos demais países latino-americanos o índice do Brasil é o mais elevado (19,2%), maior que da Argentina (15%), México (10,4%), Equador (6,1%), Chile (2,4%) e Cuba (0%).

Quanto aos “questionamentos” do jornalista – sobre a validade daquilo que os agentes ou “grupos de poder” dizem ou fazem – e de outros, presentes nas citações, declarações e opiniões fornecidas por outros indivíduos, que não o jornalista, há uma disparidade, prevalecendo os questionamentos dos outros (18,8% a 12,4%, uma

diferença de 6 pontos percentuais), sendo maior na *ZH* (diferença de 9,5 pontos), *O Globo* (6,3 pontos), *Estadão* (5,3 pontos) e menor na *Folha* (4,5 pontos).

O papel de questionar é uma das premissas da profissão, que pergunta para que a fonte diga aquilo que não estaria disposta a revelar. Os repórteres sabem que os indivíduos, em especial os “grupos poderosos”, seguem um modo singular de responder, com base nos seus interesses, não necessariamente na verdade, mas nas suas versões da verdade ou blefe. Na enquete, para 93% dos jornalistas respondentes, é extremamente importante questionar, embora na prática percebida, esse percentual se reduza a 79%.

E as fontes, principalmente oficiais e empresariais, estrategicamente, deixaram de apenas contribuir na apuração da notícia. Passaram também a produzir e oferecer conteúdo genuinamente jornalístico, levando a mídia a divulgar as suas notícias. Ao fazer seus questionamentos na mídia, esses agentes têm o propósito de pautar e repercutir positivamente seus interesses perante a opinião pública. Eles buscam o aval e a credibilidade da mídia, como um canal para a gestão da sua imagem e reputação. Transformam o interesse público em interesse particular, e vice-versa. Isso impacta no grau de autonomia do jornalista.

Igualmente à enquete, a *Folha* apresenta uma maior autonomia neste quesito e *ZH*, a menor. Isso faz aflorar as interferências dos campos político e econômico, que a pesquisa classifica como “grupos de poder”. Mesmo que os jornalistas articulem a sua capacidade de resistir às influências políticas e aos constrangimentos econômicos, as organizações e seus agentes procedem conforme a sua conveniência, embora atuem aparentemente na perspectiva de colaborar com o jornalista, que cede por heteronomia do campo jornalístico.

Esse fenômeno se replica na questão da crítica, que o jornalista, além de criticar, abre espaço às críticas dos outros. Exceto em seções de opinião (colunas, editorial, artigo), o jornalista, em geral, se abstém das críticas pelo seu apego à objetividade e à neutralidade, pois a crítica contém advérbios e adjetivos, e é da regra da linguagem jornalística, a supremacia do substantivo, ancorado no juízo de fato – o que as coisas são, como são e por que são – leva o jornalista a relatar um acontecimento de forma objetiva, ou seja, sem a interferência da subjetividade. Isso inibe a crítica.

Talvez essa maneira singular de expressão justifique a grande diferença (13 pontos) entre a crítica do jornalista (4,3%) e dos outros (17,4%), que se refere a inclusão

de críticas a indivíduos ou “grupos de poder” na forma de citações, declarações e opiniões fornecidas pelas fontes. Ao divulgar essas críticas, indiretamente o jornalista pode, eventualmente, compactuar com elas, ao utilizar a fala dos outros para exprimir a sua opinião, mesmo que apresente um conteúdo impessoal, sem juízo de valor, neutro e desinteressado.

Pode-se juntar na mesma análise os itens “denúncia do jornalista e dos outros, investigação externa e apuração investigativa”. A “denúncia do jornalista” inclui afirmações ou referências dele, nas quais acusa ou evidencia algo encoberto, não apenas ilegal, mas também irregular e inconveniente no caso de má gestão, corrupção, fraude, perseguição, escândalos etc. O mesmo ocorre com as “denúncias dos outros”, mas baseadas em citações e testemunhos das fontes, que assumem a origem e a autoria da denúncia.

Quanto à “apuração investigativa” refere-se ao trabalho do jornalista em apurar o abuso de poder, transgressão de direitos e toda sorte de desvios ético e legal, mas amparado em inquéritos e investigações em documentos, registros públicos ou observações diretas e consultas às fontes secundárias. Enquanto a “investigação externa” trata de uma cobertura a partir de um conjunto de diligências de agentes públicos encarregados de elucidar crimes, corrupção etc.

Os dados da pesquisa comprovam sobremaneira, a hipótese da preponderância do “jornalismo *sobre* investigações” e a restrição do jornalismo investigativo. Basta perceber os baixos índices de denúncia (4,7%) e de apuração investigativa (5,2%) feita pelo jornalista, em contrapartida às denúncias dos outros (13,4%) e à investigação externa (19%), este o maior índice geral da pesquisa, relacionado ao modelo *Cão de guarda*.

Essa discrepância é ainda maior em *ZH*, que pouco investiga (4,9%) denuncia menos (4,3%), mas se utiliza da denúncia dos outros (15,7%) e da investigação alheia (23%), o maior dos índices. Esses percentuais são muito próximos (Tabela 1) aos apresentados por *O Globo*, *Estadão* e *Folha*. Esses dados por si só demonstram a carência de um perfil de jornalista cão de guarda e o provimento de um jornalismo, mesmo que vigilante, mas por diligência externa.

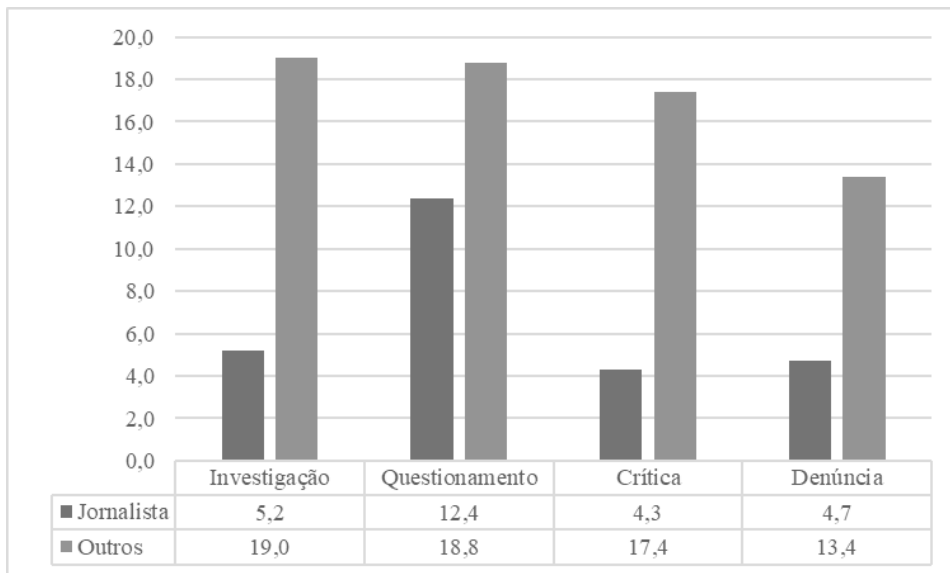
Na análise de conteúdo nos itens noticiosos na questão “conflitos” ocorrem as menores taxas: uma média de apenas 2,8%, mais evidente no *Estadão* (3,8%) e *Folha* (3,4%) e menos comum em *O Globo* (1,5%) e *ZH* (2,4%). Talvez porque os jornalistas e

a organizações de mídia pouco relatam os confrontos com as fontes, embora aconteçam conflitos ou confrontos entre os jornalistas e os agentes de “grupos de poder”. Não raro ocorrem ameaças, perseguições, vetos etc.

(Tabela 1) – Modelo *Cão de guarda*

	Folha	Estadão	O Globo	ZH	Média
Informação processos judiciais administrativos	22,7%	13,9%	18,0%	19,0%	18,4%
Questionamento: jornalista	11,4%	10,7%	13,2%	14,3%	12,4%
Questionamento: outros	15,9%	16,0%	19,5%	23,8%	18,8%
Crítica: jornalista	4,5%	3,8%	4,2%	4,7%	4,3%
Crítica: outros	14,8%	15,1%	19,6%	20,1%	17,4%
Denúncia: jornalista	4,5%	4,7%	5,3%	4,3%	4,7%
Denúncia: outros	14,8%	10,4%	12,7%	15,7%	13,4%
Investigação externa	15,9%	15,1%	22,0%	23,0%	19,0%
Apuração investigativa	5,9%	4,7%	5,3%	4,9%	5,2%
Conflitos	3,4%	3,8%	1,5%	2,4%	2,8%

(Gráf



ico 1) –
 Ações dos
 jornalistas x
 ações dos
 outros

Considerações finais

Cumpra-se o objetivo inicial de examinar se o jornalista brasileiro desempenha o papel de guardião da sociedade. Os dados da pesquisa *Journalistic Role Performance* e as concepções de estudiosos do tema contribuem para elucidar estes questionamentos: O jornalista brasileiro fiscaliza suficientemente as organizações, seus agentes públicos e privados, na proteção do interesse público? Questiona, critica e denuncia ou apenas divulga os questionamentos, as críticas e as denúncias dos outros? Existe um jornalismo investigativo ou um jornalismo sobre investigações?

Quanto a “fiscalizar as organizações, seus agentes públicos e privados, na proteção do interesse público”, há quem defenda que o papel do jornalista não é fiscalizar, somente informar. Os dados da pesquisa indicam essa direção, da informação sobre processos judiciais e administrativos e a divulgação dos questionamentos, críticas e denúncias dos outros e não do jornalista, levando a crer que a mídia abdicou da sua posição de “quarto poder” em favor do Ministério Público e da Polícia. A abnegação do poder de fiscalizar torna o jornalista um coadjuvante na proteção do interesse público.

Mas o que é o interesse público? Trata-se daquilo que “a opinião pública diz que é”, ou seja, a representação da esfera pública para atender os seus anseios de bem-estar geral. Mas as organizações de mídia impõem aos jornalistas o seu entendimento de “interesse público”, geralmente deslocado à “coisa pública” e ao “interesse *do* público” (audiência). Nesse processo os jornalistas ficam subordinados aos mais variados interesses, inclusive o particular, também legítimo. A pesquisa mostra que a “vontade” do jornalista é proteger o interesse público, mesmo onde não fizer sentido nem tiver cabimento.

O público quer celeridade, especialmente nos julgamentos de abusos de poder e corrupção. E o jornalista, mesmo sujeito ao “erro de direito”, ao fiscalizar as organizações, seus agentes públicos e privados, compõe um júri, por meio de um contrato tácito que a sociedade que lhe confere, para julgar e condenar os eventuais culpados na esfera pública. Mas, ao se precaver das retaliações e processos judiciais, o jornalista renega seu papel de fiscalizador combativo e implacável na defesa do interesse público. Por causa disso, o jornalista se guia cada vez mais pelas consequências do que pela convicção.

Nessa perspectiva, o estudo evidencia que o jornalista pouco questiona, critica menos e quase não denuncia. Ele outorga estas tarefas aos outros (policiais, procuradores, promotores públicos), a quem recorre para praticar um “jornalismo *sobre* investigações”, comprovado pelo elevado índice do uso de “investigação externa” e baixa “apuração investigativa”, evitando, inclusive, qualquer “conflito” como os “grupos de poder”.

Ao verificar o resultado do seu trabalho, aprofundando-se no seu papel de cão de guarda, em particular nos embates com os campos político e econômico, evidencia-se uma heteronomia ou um grau baixo, de “não muita” autonomia.

Referências

BOURDIEU, Pierre. **As regras da arte: gênese e estrutura do campo literário**. 2. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2002.

_____. The political field, the social science field, and the journalistic field. In: BENSON, Rodney; NEVEU, Erik. **Bourdieu and the journalistic field**. Cambridge: Polity Press, 2005. p. 29-47.

BERNSTEIN, Carl; WOODWARD, Bob. **Todos os homens do presidente**. São Paulo: Três Estrelas, 2014.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Disponível: <goo.gl/g6sLJE>. Acesso em: 6 ago. 2017.

_____. **Lei n. 8.078, de 11 de setembro de 1990: Código de Defesa do Consumidor**. Disponível em: <goo.gl/gw1re6>. Acesso em: 6 ago. 2017.

BUCCI, Eugênio. **A imprensa e o dever da liberdade**. São Paulo: Contexto, 2009.

CURRAN, James. Entertaining democracy in the era of neo-liberalism. **Brazilian Journalism Research**, v. 12, n. 2, p. 12-29, 2016.

HALIMI, Serge. **Les nouveaux chiens de garde**. 2. ed. Paris, Liber, 2005.

HANITZCH, Thomas. Populist disseminators, detached watchdogs, critical change agents and opportunist facilitators: professional milieus, the journalistic field and autonomy in 18 countries. **The International Communication Gazette**, v. 73, n. 6, 2011. p. 477-494.

HELLMUELLER, Lea et al. The contextualization of the watchdog and civic journalistic roles: reevaluating journalistic role performance in U.S. newspapers. **Palabra Clave**, v. 19, n. 4, dez. 2016. p. 1072-1100.

JRP. **Journalistic role performance around the globe**. Disponível em: <journalisticperformance.org>. Acesso em: 8 ago. 2014.

KOVACH, Bill; ROSENSTIEL, Tom. **Os elementos do jornalismo**. São Paulo: Geração, 2003.

MELLADO, Claudia *et al.* Puesta en práctica de los roles periodísticos: un estudio comparado de Argentina, Brasil, Chile, Ecuador y México. In: AMADO, Adriana (Org.). **El periodismo por los periodistas**: perfiles profesionales en las democracias de América Latina. Berlín: Konrad Adenauer Stiftung, 2016. p. 64-71.

MUHLMANN, Géraldine. **Du journalisme en démocratie**. Paris: Payot & Rivages, 2004.

NASCIMENTO, Solano. **Os novos escribas**: o fenômeno do jornalismo sobre investigações no Brasil. Porto Alegre: Arquipélago, 2010.

PINTO, Juliet. Muzzling the watchdog. The case of disappearing watchdog journalism from Argentine mainstream news. **Journalism**, v. 9, n. 6, dez. 2008. p. 750-774.

SCHMITZ, Aldo. **A autonomia profissional do jornalista brasileiro**: ideais e práticas nos jornais Folha de S. Paulo, O Estado de S. Paulo, O Globo e Zero Hora. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE SOCIOLOGIA, 18., jul. 2017, Brasília.

SKOVSGAARD, Morten. Watchdogs on a leash? The impact of organisational constraints on journalists' perceived professional autonomy and their relationship superiors. **Journalism**, v. 15. n. 3, 2014. p. 344-363.

VOS, Tim P. Historical perspectives on journalistic roles. In: MELLADO, Claudia; HELLMUELLER, Lea; DONSBACH, Wolfgang (Orgs.). **Journalistic role performance**: concepts, contexts, and methods. New York: Routledge, 2017. p. 63-85.

WAISBORD, Silvio R. Latin America. In: NORRIS, Pippa (Org.) **Public sentinel**: news media & governance reform. New York: The World Bank, 2010. p. 305-328.